

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARÍLIA ALBUQUERQUE DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO E FATORES
SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE CARUARU**

CARUARU

2015

MARÍLIA ALBUQUERQUE DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO E FATORES
SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE CARUARU**

Orientadora: Prof^a. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, no Centro Acadêmico do Agreste desta Universidade, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

CARUARU

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S729r Souza, Marília Albuquerque de.
Relação entre a percepção de corrupção e fatores socioeconômicos no Município de Caruaru. / Marília Albuquerque de Souza. - 2015.
59f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Monaliza de Oliveira Ferreira
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Corrupção – Caruaru (PE). 2. Percepção. 3. Corrupção – Brasil. I. Ferreira, Monaliza de Oliveira (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-303)

**RELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO E FATORES
SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE CARUARU**

MARÍLIA ALBUQUERQUE DE SOUZA

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Monaliza de Oliveira Ferreira

(Orientadora)

Profº. Klebson Humberto de Lucena Moura

(Examinador 2)

Profª. Eryka Fernanda Miranda Sobral

(Examinador 3)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pela saúde, discernimento e pelas bênçãos que sempre me concede.

Aos meus pais, Marcos Antônio e Érita Paes, pelos investimentos nos meus estudos. Em especial a minha mãe, que sempre me apoiou, enfrentando todas as barreiras para proporcionar a realização de muitos dos meus sonhos. A minha família, meu vovô Ednaldo, minhas avós Luiza e Nilza, meu irmão Mateus Antônio, minha tia Érika Albuquerque, pelo companheirismo.

Ao meu Noivo e melhor amigo Orlando Milfort, pela paciência e por sempre me estimular a alcançar meus sonhos.

À amiga da faculdade Poliana Noronha, pela amizade sincera e pelos momentos compartilhados durante esses quatro anos de graduação.

Aos amigos da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, em especial, Eliene Borges, Eliel Borges e Salete Albuquerque, pelas orações e carinho.

À professora orientadora, Monaliza Ferreira, por toda paciência, dedicação, disponibilidade e pelas correções e sugestões, que me trouxeram aprendizados.

A todos os professores e funcionários da instituição que de alguma forma contribuíram para minha formação pessoal. Em especial aos professores que aceitaram participar da banca, Klebson Humberto e Eryka Sobral, pelas sugestões ao trabalho.

Aos entrevistados que demonstraram interesse e responderam com clareza aos questionários.

RESUMO

A corrupção é um problema global e que vem ganhando mais destaque na mídia brasileira com os diversos escândalos envolvendo o Governo. Trata-se de um fenômeno complexo, por possuir inúmeras definições e pela natureza de clandestinidade que dificulta sua mensuração. Enquanto não existe um consenso na literatura sobre como definir o fenômeno, o certo é que é onerosa aos cofres públicos e como tal, reduz o bem-estar dos indivíduos. Neste estudo, aplicou-se questionários no Município de Caruaru, com o objetivo de verificar a relação entre as variáveis socioeconômicas dos indivíduos e sua percepção da corrupção. Considerando a hipótese de que maiores níveis de renda e de educação pressupõem maior consciência quanto ao nível de corrupção. O questionário gerou dados necessários para a análise exploratória dos dados, através de análises descritivas e modelo empírico. Foi utilizado um modelo linear de regressão com Mínimos Quadrados Ordinários para inferir correlações entre as variáveis e os resultados indicaram que quanto maior a renda do indivíduo, melhor seria sua percepção da corrupção, confirmando a hipótese inicial. Porém, a segunda hipótese de que maior nível de educação deduziria melhor percepção não foi verificada. Há que se ressaltar que estudos com dados primários trazem sempre algumas limitações, haja vista que o entrevistado pode não levar tão a sério a pesquisa, o que poderia justificar, ao menos em parte, a relação não esperada entre educação e percepção de corrupção.

Palavras-chaves: corrupção; percepção de corrupção; Município de Caruaru.

ABSTRACT

Corruption is a global problem and it's getting more prominent in the Brazilian media because of scandals involving the government. By the way, this is a complex phenomenon because of the many definitions it has and the clandestine nature behind this, what makes it difficult to measure. While there is no consensus in dictionaries about how to define this, it is certain that it is costly to public funds and as such reduces people's welfare. In this study many people from Caruaru City answered questionnaires in order to verify the relationship between socioeconomic variables of individuals and their perception of corruption. Considering the hypothesis that higher levels of income and education take greater awareness about the level of corruption. The questionnaire generated data required for exploratory data analysis through descriptive analysis and empirical model. A linear regression model with OLS was used to infer correlations between variables and the results indicated that the higher the income of the individual the better your perception of corruption is, confirming the first hypothesis. However, the second hypothesis that higher level of education deduct better perception has not been verified. It must be noted that studies with primary data always bring some limitations, given that the interviewed can not take too seriously the research, which may explain, at least in part, the unexpected relationship between education and perceived corruption.

Keywords: corruption; perception of corruption; Caruaru City.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Percepção da corrupção no período entre 1995 e 2014	24
Gráfico 2: Distribuição de homens e mulheres em Caruaru-PE	35
Gráfico 3: Renda Individual de Caruaru	36
Gráfico 4: Nível de escolaridade em Caruaru-PE	36
Gráfico 5: Classificação dos entrevistados por sexo	40
Gráfico 6: Classificação dos entrevistados por faixa etária.....	41
Gráfico 7: Classificação dos entrevistados por estado civil	41
Gráfico 8: Classificação dos entrevistados por nível de escolaridade	42
Gráfico 9: Classificação do grau de escolaridade da mãe dos entrevistados ..	42
Gráfico 10: Classificação dos entrevistados por tipo de trabalho.....	43
Gráfico 11: Classificação dos entrevistados por renda individual	43
Gráfico 12: Classificação por renda familiar dos entrevistados	44

LISTA DE TABELA

Tabela1: Municípios Pernambucanos por PIB per capita.....	34
Tabela 2: Descrição das variáveis usadas nas regressões.....	38
Tabela 3: Estatísticas Descritivas para as variáveis quantitativas	44
Tabela 4: Análise de variância do modelo final	45
Tabela 5: Resultados da regressão linear múltipla (MQO): modelo final	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Corrupção Percebida no mundo	23
Figura 2 – Indicador de Governança Mundial (WGI)	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	Conceito.....	14
2.2	Abordagens.....	15
2.2.1	Teoria Agente Principal.....	18
2.2.2	Teoria dos Caçadores de Renda.....	19
2.2.3	Teoria Econômica da Propina.....	19
2.2.4	Desempenho Econômico e Corrupção.....	20
2.3	Impacto da Corrupção na Economia.....	21
2.4	Mensuração da Corrupção.....	22
2.4.1	Índice de Corrupção Percebida- ICP.....	23
2.4.2	Indicadores de Governança Mundial (WGI).....	26
2.5	Breve Histórico da Corrupção no Brasil.....	29
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Método de Estudo.....	34
3.2	Área de Estudo.....	35
3.3	Coletas de Dados e Descrição das variáveis.....	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	40
4.1	Análise Exploratória.....	42
4.2	Modelo Empírico.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIA.....	51

INTRODUÇÃO

O debate sobre corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem tido grande exposição nas mídias, com noticiários sobre mensalão, lava-jato, propinas, desvios de dinheiro público, ao passo que, de forma mais comedida e isolada, também ganha espaço fatos que parecem cada vez mais raros de casos de honestidade pontuais. Nesse sentido, pode-se investigar o fenômeno da corrupção sobre diversos aspectos, respaldados por questões de moral e ética, observando elementos políticos, psicológicos, antropológicos ou sociais. Nesta monografia, todavia, o foco da corrupção é o crime econômico, tal como definido por Becker (1974) qual seja uma atividade ilegal, lesiva ao bem estar da sociedade, indo além dos crimes tradicionais contra o indivíduo e a propriedade privada, incluindo crimes fiscais, tráfico de influência e outras violações.

Como principais referências internacionais sobre o tema pode-se citar os trabalhos de Leff (1964) e Huntington (1968) citados por Boll (2010) e o trabalho de Mauro (1995), que destacaram estudos sobre indicadores de corrupção e a relação com o crescimento econômico, além de conceitos e níveis de corrupção dos países. No Brasil, com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), alguns estudos pontuais relacionam corrupção e crescimento econômico, entre eles o estudo de Carraro, Fochezatto e Hilbrecht (2006) e o de Sobral (2014). Outros estudos nacionais a destacar são o de Albuquerque e Ramos (2006), que investigaram a utilidade do agente corrupto e os trabalhos de Rocha e Ramos (2010) e Henrique e Ramos (2011), que relacionaram corrupção a gastos públicos. Portanto, para além de qualquer questão moral, também é problema econômico e como tal será tratado aqui.

É nesse sentido que alguns estudos econômicos dentro de uma área específica denominada economia da corrupção apontam para o conceito de “nível ótimo de corrupção”. Para um indivíduo comum assimilar tão conceito não é nada fácil, dado que o fenômeno da corrupção é nocivo dentro de qualquer tipo de ética social, por isso requer alguma dose de abstração, comum aos estudiosos da teoria econômica.

Nessa perspectiva, destaque-se que os economistas são absolutamente contrários à corrupção, bem como qualquer indivíduo. Contudo, considerando questões puramente econômicas, observa-se que existe um nível para o qual é tão oneroso aos cofres públicos evitar a corrupção, que se torna mais barato ao Estado um determinado nível de corrupção – a qual se denomina de nível ótimo de corrupção. Este, porém, não será o foco do estudo.

Dito isso, o objetivo desta monografia consiste em analisar a relação entre a percepção de corrupção dos indivíduos e fatores socioeconômicos no Município de Caruaru. Aventando a hipótese de que maiores níveis de renda e de educação pressupõem maior consciência quanto ao nível de corrupção. Esta monografia teve como referencia e inspiração o artigo de Maede e Ziegfeld (2015), intitulado “*Socioeconomic status and corruption perceptions around the world*”, que procura responder ao questionamento de “por que os cidadãos variam suas percepções sobre a frequência de corrupção?” recorrendo a características socioeconômicas para empiricamente responder a este questionamento. Serão realizadas análises exploratórias dos dados e será utilizado o modelo linear de regressão com Mínimos Quadrados Ordinários para inferir correlações entre as variáveis.

Ante o exposto, esta monografia está estruturada, além da introdução e das considerações finais, da forma que segue. No segundo capítulo abordar-se-á a revisão de literatura, onde são apresentados o conceito e as discussões a cerca da corrupção: abordagens jurídica, social e econômica; os impactos da corrupção sobre a economia; mensuração da corrupção; breve histórico da corrupção no Brasil. Em seguida, no capítulo três, referente á metodologia, são apresentados o modelo teórico e a estratégia empírica, além dos dados e descrição das variáveis. E no quarto capítulo, denominado resultados, são apresentados às estatísticas descritivas dos dados utilizados e os resultados dos modelos aplicados.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

No presente capítulo é realizado um levantamento bibliográfico sobre a definição da corrupção, seguido das suas abordagens, de seus impactos, mensuração e finalizando com um breve histórico da corrupção no Brasil.

2.1 Conceito

Corrupção é um fenômeno de difícil definição, pois existem muitos sentidos que podem ser atribuídos à palavra corrupção, ou seja, a dificuldade de defini-la é devido à falta de consenso, conforme destaca Tanzi (1998).

Para Brei (1995), essas divergências entre autores fazem sentido, considerando o fato de o termo corrupção incluir uma enorme diversidade de atos, como por exemplo, trapaça, velhacaria, ganho ilícito, falsificação, fraude, espólio, suborno, peculato, extorsão, nepotismo e outros. Isso, segundo ele, cria uma dificuldade de consenso. Ou seja, a corrupção vai de pequenos desvios de comportamento à total impunidade do crime organizado, por parte das várias áreas e níveis governamentais.

Mas há um denominador comum entre essa diversidade de conceitos: a corrupção envolve a interação entre pelo menos dois indivíduos ou grupos de indivíduos que corrompem ou são corrompidos. Tanzi (1998), destaca que o termo corrupção vem do verbo latino “corrumpere” (cum = com e rumpere = romper) e pode ser entendido como quebra de regras, normas ou padrões estabelecidos. O “com” da palavra pode ser entendido como um ato não isolado, dado que é necessário alguém (ou algo) para corromper e alguém (ou algo) para ser corrompido. O senso comum identifica a corrupção como um fenômeno associado ao poder, aos políticos e às elites econômicas.

Conforme afirma Bardhan (1997), não é algo restrito ao setor público, também pode ocorrer no setor privado. O problema é que, quando ocorrido no setor privado,

a ocorrência pode atuar prejudicando a empresa, diferente de quando manifestado no setor público, onde a corrupção pune toda a sociedade.

Susan Rose-Ackeman (1978) *apud* Garcia (2003) faz uma distinção entre corrupção de alto ou baixo nível hierárquico. A corrupção burocrática ocorre em baixo nível hierárquico, ou seja, nas atividades burocráticas cotidianas, quando os cidadãos, no contato com os servidores públicos, demandam favores e serviços ilegais. Ela é mais facilmente definida em bases legais e, portanto, mais facilmente identificada e punida. Já a corrupção política, está relacionada aos níveis mais altos da hierarquia governamental estabelecendo-se quando os “formuladores de políticas econômicas” elaboram e implementam leis em nome de grupos específicos.

Diante desta diversidade de conceitos, adotar-se-á a abrangente definição elaborada pelo Banco Mundial, definição também aceita por Bardhan (1997) e Tanzi (1998), que resume a corrupção como o abuso do poder público para obter benefícios privados. Ressaltando-se que, a corrupção não se materializa somente em forma de dinheiro, mas também de benefícios, como por exemplo, materiais de construção, presentes, cargos políticos, empregos, entre outros.

Segundo o ex-presidente do Banco Mundial, Wolfowitz (2006), a corrupção está, frequentemente, na origem da ineficácia dos governos. Ele afirma que a corrupção enfraquece os sistemas e distorce o mercado. No fim, os governos e os cidadãos acabam por pagar um preço, com rendimentos mais baixos, menor investimento e oscilações econômicas.

2.2 Abordagens

Pela dificuldade de uma definição, a corrupção pode ser examinada sob diferentes abordagens: jurídica, sociológica e econômica.

Do ponto de vista jurídico, ao menos no Brasil, a corrupção é um crime, tipificada de forma precisa no Código Penal. Segundo Oliveira (1994) *apud* Garcia (2003), a corrupção pode ser dividida em ativa ou passiva. O delito de corrupção passiva está tipificado no artigo 317 do Código Penal. A corrupção ativa é prevista separada e independente da passiva, no artigo 333. O objeto jurídico é a administração pública, especialmente a moralidade administrativa, que constitui princípio constitucional.

O crime de corrupção passiva é definido no Código Penal Brasileiro, artigo 317, como: “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. Já a corrupção ativa é definido no Código Penal Brasileiro, artigo 333, como: “Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

Conforme observa Barrientos-Parra; Melo (2003), para o jurídico esta definição tende a ser clara e sem ambiguidades, mas por outro lado é parcial uma vez que se limitam ao campo definido pelas leis penais. A lei envelhece rapidamente e por maiores que sejam os esforços dos legisladores, ela não consegue acompanhar com a mesma velocidade a mudança da sociedade.

Na perspectiva sociológica, segundo Shilling (1998) *apud* Garcia (2003), a corrupção manifestasse por meio de práticas cotidianas desonestas, não necessariamente ilegais. Na sociedade, é vital o fortalecimento dos padrões éticos e morais para que isso reflita no exercício do poder estatal, como bem colocou Emerson Garcia (2008). Senna e Ferreira (2010) mostra essa importância de uma população com consciência democrática, pautada na constante fiscalização popular das instituições públicas.

Segundo Garcia (2003), o enfoque sociológico moderno leva-se em conta o “relativismo cultural”, ou seja, o que se considera corrupto em um país, pode constituir um comportamento perfeitamente aceitável em outro em dado momento histórico. E exemplifica isso com a situação de muitos países africanos, onde a corrupção é visível e generalizada, mas muitas pessoas, participantes nessas práticas, irão responder que as suas ações são legítimas e aceitas pela sociedade.

. O entendimento, pela sociedade, do que é uma ação corrupta está sujeito á evolução. Huntington (1968) *apud* Garcia (2003) reforça esta ideia afirmando que a corrupção tende a ampliar-se em momentos de crescimento e modernização acelerados, por causa da mudança de valores, de novas fontes de riqueza e poder, e da expansão do governo.

Portanto, as definições sociológicas estão baseadas na opinião e nas concepções do público sobre o que é, ou não é, um ato corrupto. Dificultando assim, uma conceituação mais precisa.

Na literatura econômica, a corrupção começou a receber um olhar crítico dos estudiosos na década de 1970 e sua análise pode ser realizada dentro de uma abordagem microeconômica ou macroeconômica. A microeconomia examina a existência ou não, da corrupção a partir de modelos de comportamentos maximizadores da utilidade. Já a abordagem macroeconômica busca estimar os efeitos da corrupção sobre variáveis macroeconômicas, tais como: as taxas de crescimento econômico e investimento e a relação da corrupção com a taxa de inflação (HERNANDES, 2011).

Segundo Damé (2007), os modelos microeconômicos se baseiam no modelo seminal de Gary Becker (1968), a partir do seu trabalho intitulado *Crime and Punishment: na economic approach*, o qual é o ponto de partida para o modelo de corrupção de Susan Rose-Ackerman. Seu trabalho relaciona o número de crimes pelos custos da probabilidade da apreensão e condenação. Agindo racionalmente, um indivíduo escolherá uma conduta com base nos custos e benefícios. Os custos são determinados pela probabilidade de a ação ser descoberta; pela multa imposta e pela severidade da punição imposta. Os benefícios são determinados pelo ganho financeiro obtidos com a prática da ação. Ou seja, um indivíduo somente se corromperia se o benefício de seus atos fosse maior que o valor esperado de ser pego e, conseqüentemente, de ser punido.

Os modelos macroeconômicos tiveram como pioneiro no mundo o trabalho de Mauro (1996) *apud* Garcia (2003), que examinou o impacto da corrupção sobre variáveis agregadas e utilizou dados *cross-section* e o índice de corrupção *Business International*(BI) nos seus estudos empíricos.

Tanzi e Davoodi (1997) estudaram o comportamento do investimento público frente á corrupção, enquanto Al-Marhubi (2000) escolheu a inflação como objeto de análise e Silva, Garcia e Bandeira utilizaram como variáveis de análise a corrupção, fatores de produtividade e renda per capita. Antes de Mauro (1995), Mbaku (1992),

Schleifer e Vishny (1993), entre outros, deram suas contribuições para a construção da teoria econômica da corrupção (BOLL, 2010).

Existem outras teorias que também ajudam a explicar a corrupção como, por exemplo: i) a teoria Agente- Principal; ii) a teoria dos caçadores de renda (*rent-seeking*); iii) a teoria econômica da propina; iv) a relação entre desempenho econômico e corrupção.

2.2.1 Teoria Agente-Principal

O modelo principal-agente é muito utilizado ao se considerar o governo como o principal e um funcionário como agente. Um exemplo é um processo de licitação, em que o governo delega a um de seus funcionários, escolher entre várias empresas para fornecer o serviço, como no caso da obra pública. Há uma possibilidade de existência de conflito de interesses entre o governo e o seu funcionário, pois ambos estão maximizando sua própria utilidade, não necessariamente coincidentes. Dada a impossibilidade de monitoração perfeita do agente, este poderá aceitar suborno. Assim também ocorre, quando uma população eleitoral (principal) elege políticos (agentes). Os políticos são eleitos para representar da melhor forma possível a população que lhes confiou seus votos. No entanto os políticos podem ter outros interesses políticos e financeiros. Mesmo com a evolução da transparência e a cobrança dos eleitores sobre seus representantes, o problema de assimetria de informação irá persistir. Uma das soluções apresentadas nos modelos de principal-agentes é modificar a estrutura de remuneração do agente. Ou seja, se o governo estabelecesse que, a cada tentativa de suborno que seus auditores revelassem terem sofrido, o governo recompensá-los-ia com um prêmio proporcional à quantia oferecida (ARAÚJO, 2009).

Conforme Garcia (2003) e Silva(1996), a sociedade não possui informação perfeita para fiscalizar a ação empreendida pelo político, ação esta que afeta o desempenho e a eficiência do setor público. Se estas relações fossem realizadas em um ambiente de informação perfeita e controle perfeito, provavelmente não haveria corrupção. Entretanto, as relações diárias estão caracterizadas pela presença de informação assimétrica e limitação da tecnologia para a realização de monitoramento.

Portanto, quanto mais transparência em um governo mais próximo a sociedade estaria de um ambiente de informação perfeita e assim, os casos de corrupção seriam evitados.

2.2.2 Teoria dos Caçadores de Renda

Este comportamento caçador de renda (*rent-seeking*) se refere tanto a indivíduos como firmas que demandam a regulação governamental, com a finalidade de se obter vantagens através do poder do Estado em intervir na economia. Os agentes procurarão obter o máximo de renda possível, dentro ou fora das regras da conduta econômica e social. Este comportamento pode ser considerado como uma atividade parasitária, pois ação destes na forma de grupos de pressão busca transferir renda da sociedade, seja através da manipulação do ambiente econômico por meio de instrumentos estatais, seja através da realização direta de negócios com a administração pública (SILVA, 1996).

Dentre os exemplos caracterizados como atividades caçadoras de renda, os mais destacados são: concessões de monopólio pelo Estado, proteções tarifárias, imposições de barreiras comerciais, licenças de importações, imposição de outros benefícios através de títulos e direitos comerciais, criação de normas ou decisões governamentais que prejudicam os consumidores. Outros exemplos podem ser incluídos quando o caçador de renda atua como lobista junto às esferas da administração pública, de forma a alcançar interesses econômicos particulares, como por exemplo, conceder proteção tarifária a certos ramos de produção (GARCIA, 2003).

Para Damé (2007), essa atividade desperta a atenção dos indivíduos que possuem maior nível de escolaridade por gerar uma remuneração mais elevada em comparação a um emprego normal. Os indivíduos mais qualificados e talentosos tendem a atuar em atividades improdutivas, ocasionando perda de capital humano nas atividades que seriam produtivas e capazes de gerar crescimento econômico.

Esta visão de corrupção como resultado do comportamento caçador de renda pode ser complementada pela Teoria econômica da propina.

2.2.3 Teoria Econômica da Propina

A economia política da propina foi desenvolvida por Susan Rose-Ackerman (1978) *apud* Maciel (2005) e trouxe a percepção de uma das mais comuns práticas ilícitas observadas no meio empresarial. A razão pela qual a teoria dos caçadores de renda se relaciona com essa teoria é que Rose-Ackerman parte do pressuposto de que sempre haverá um sistema de incentivos para o suborno, quando o agente público possui poder sobre a decisão de alocação de um determinado benefício ou de custo para o setor privado.

A propina é o meio financeiro de se transformar relações impessoais em pessoais, geralmente visando à transferência de renda ilegal dentro da sociedade ou a garantia de tratamento diferenciado. Devido às deficiências nos processos de controle, supervisão e auditoria no governo, que são os maiores financiadores de obras, tem-se um cenário propício para o aparecimento da corrupção (SILVA, 1996).

Portanto, um maior controle por parte das auditorias e um maior incentivo para que funcionários públicos denunciassessem ter sofrido suborno, evitariam casos de corrupção.

2.2.4 Desempenho econômico e corrupção

Silva (1996) salienta que a terceira e mais atual explicação da economia sobre a questão da corrupção está contida no trabalho elaborado por Shleifere Vishny (1993), onde eles destacaram a relação entre instituições e corrupção e a relação da corrupção com o crescimento econômico e verificaram que a corrupção surge quando as instituições públicas geram excesso de regulamentação e de centralização estatal. Já Carraro (2003), desenvolveu um modelo de equilíbrio geral para avaliar o impacto da corrupção sobre o crescimento econômico e concluiu que o custo da corrupção no Brasil, em 1998, representou 11,36% do Produto Interno Bruto.

Como efeitos colaterais da existência da corrupção em uma nação destacam-se: i) crescimentos econômico reduzido, ii) recursos aplicados em atividades não produtivas e, iii) políticas sociais de desenvolvimento desfiguradas e ineficientes. A corrupção inibe novos investimentos, por criar instabilidade econômica e que

empresas e investidores podem preferir investir em países onde o nível de corrupção é menor (MAURO, 1997).

Porém, existem correntes teóricas que observaram que os efeitos da corrupção na economia não são todos negativos, como veremos na próxima seção.

2.3 Impacto da corrupção no crescimento econômico

As consequências do comportamento corrupto são antagônicas, pois o impacto da corrupção foi estudado por duas correntes. A primeira corrente, chamada de revisionista, destaca os aspectos positivos da corrupção e a segunda corrente, intitulada *rent-seeking*, destaca os efeitos negativos, conforme apresenta Garcia (2003).

A corrente revisionista destacou-se com o surgimento da Escola Funcionalista nas décadas de 1960 a 1970. Nesta escola, segundo Garcia (2003), Nye (1967), Leff (1964), Huntington (1968), entre outros, examinaram os possíveis benefícios da corrupção.

A corrupção não apresentaria apenas efeitos negativos, podendo apresentar também um papel de lubrificante na economia. Segundo Balbinotto Neto (2000) *apud* Maciel (2005) a corrupção promove o desenvolvimento econômico de vários modos: práticas corruptas agilizariam processos burocráticos; o suborno funciona como uma espécie de incentivo e estímulo a produtividade; a corrupção promoveria a formação de capital na medida que centralizaria capitais em determinados setores quando o houvesse escassez de capital privado ou dificuldade de se cobrar impostos e por fim, o suborno promoveria a integração das elites dirigentes nos países recém emancipados.

A corrupção é vista como um mal necessário nos países subdesenvolvidos e uma forma de ter acesso à modernização, pois a compra e venda de favores ilegais podem determinar uma melhoria do bem-estar econômico, uma vez que eliminaria pesadas regulamentações, estimularia a formação de um preço mais competitivo e a produção de produtos e serviços de melhor qualidade e também colocaria bens e serviços nas mãos de agentes econômicos mais eficientes.

Klitgaard (1994) *apud* Garcia (2003) defende um nível ideal de corrupção, considerando que exista um ponto ótimo entre os custos para combatê-la e o custo da sua existência. Ou seja, a corrupção deverá ser combatida até o momento que o custo de seu combate não seja superior ao custo de sua presença.

Mo (2000) *apud* Sobral (2014), além de mensurar o impacto da corrupção sobre o crescimento, identificando assim uma relação negativa quase proporcional entre essas duas variáveis; investigou também qual o canal de transmissão de corrupção que mais afetaria o crescimento econômico, a partir da hipótese de que existem três canais: o capital humano, o de investimento e o de estabilidade política. E concluiu em sua pesquisa que a corrupção advinda do canal de estabilidade política é o que mais reduz crescimento econômico, pois corrupção gera desigualdade de renda que por sua vez acarreta em maior incentivo para grupos na parte inferior da sociedade se envolver em atos ilícitos, o que gera incerteza sobre a proteção dos direitos de propriedades, e, portanto, reduz investimento e produtividade, que reduz crescimento econômico.

Para os autores Alonso-Terme, Davoodi; Gupta (2002) *apud* Hernandez (2011) a corrupção compromete a distribuição de renda de três formas: altera a progressividade do sistema tributário, uma vez que os mais ricos conseguem fraudar o fisco; modifica o foco dos gastos com políticas sociais, pois os mais ricos conseguem privilégios por meio de propina; e inibe a formação de capital humano, pois prejudica a qualidade do ensino ao gerar fuga dos recursos. Dessa forma, a renda dos mais pobres cresce menos que a dos mais ricos, agravando assim a desigualdade social.

Portanto ao contrário do que afirmam os revisionistas, evidências empíricas mostram que a corrupção reduz o crescimento econômico.

2.4 Mensuração da corrupção

Uma questão de extrema importância para o estudo da corrupção é a sua mensuração. Entretanto, como observado por Mauro (1997)) *apud* Maciel (2005), e Jain (2001) *apud* Maciel (2005), o problema de medir a corrupção está na sua própria natureza de clandestinidade. A ilegalidade da corrupção faz com que ela não

possa ser medida através de estatísticas oficiais ou de perguntas diretas sobre o envolvimento de pessoas em atos corruptos, como observa Maciel (2005). A solução encontrada para o problema foi utilizar, no lugar de medidas de corrupção, medidas da percepção das pessoas sobre a corrupção.

Os indicadores capazes de mensurar a corrupção mais conhecidos, em nível mundial, são o Índice de Percepções de Corrupção (IPC), disponibilizado pela organização não-governamental *Transparência Internacional*, e os Indicadores da Boa Governança, tratados pelo Banco Mundial desde 1996. O IPC visa mensurar a percepção da corrupção por representantes do setor privado e está disponível para uma série de países desde o ano de 1995. São seis os Indicadores agregados da Boa Governança, observando que cada um deles é formado por indicadores individuais (SOBRAL, 2014).

2.4.1 Índice de Corrupção Percebida – ICP

Criado pela organização não governamental *Transparency International* (TI) no ano de 1995, esse indicador é elaborado por meio de entrevistas feitas com empresários dos países, eles atribuem uma nota à corrupção que é percebida nas relações que tem com o governo. O ICP adota uma escala de 0 a 10 – a nota 0 para absolutamente corrupto e 10 para absolutamente íntegro - ou seja, quanto maior é a pontuação do país no índice, menor é a corrupção percebida na nação. Os números são atualizados anualmente.

O IPC é constituído a partir de 12 fontes diferentes, que incluem o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial, isso aumenta a confiabilidade dos dados e eleva o número de países abordados na avaliação. Todas elas realizam pesquisas qualitativas, que são convertidas em várias escalas quantitativas. Para um país aparecer no ranking, é preciso que ele tenha os dados disponíveis em, no mínimo, três fontes. Em função disso, a comparação entre números de anos diferentes pode se tornar problemática devido países entrarem e saírem do índice na medida em que o critério mencionado seja ou não preenchido. Além que, para que ocorra uma comparação entre os dados de anos anteriores, ou com outros países no mesmo ano, as fontes devem ser exatamente a mesma, caso contrário não é possível fazer

a comparação. Além de não favorecer análises regionais, visto que é um índice divulgado anualmente (MORES, 2009).

Outra crítica ao IPC é devido ela continuar medindo percepções e não fatos. Ou seja, se baseia em observações subjetivas, mensurando apenas opiniões de indivíduos (SPECK, 2000).

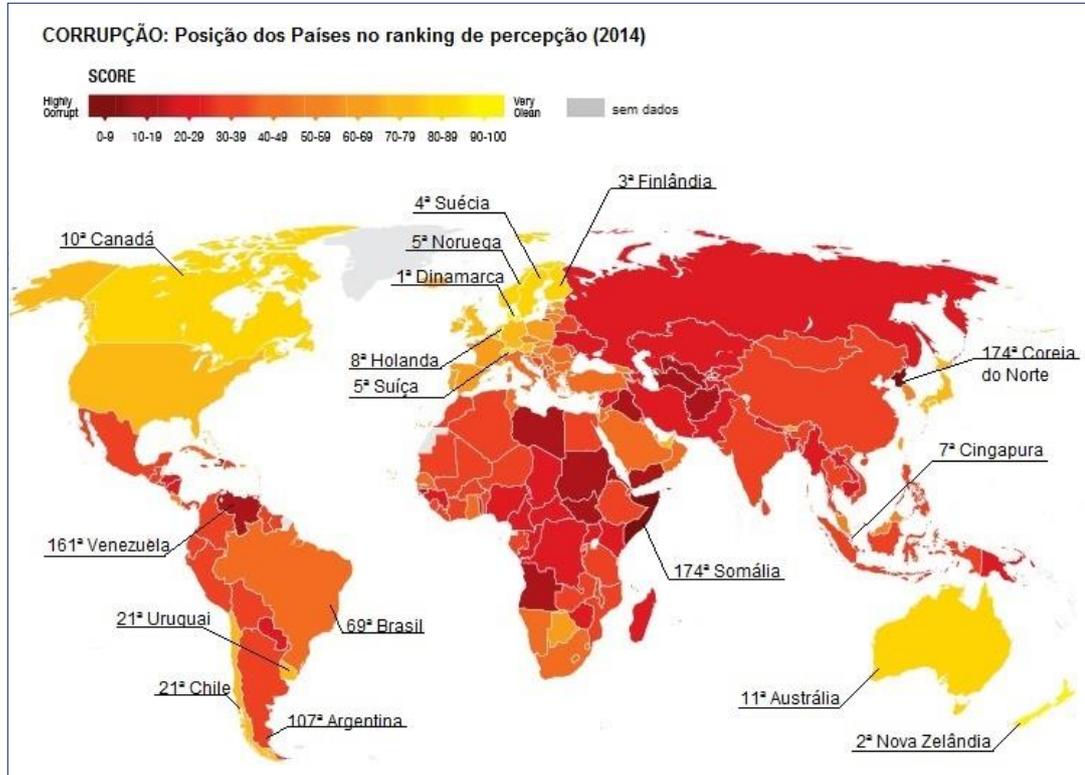
Abramo (2005) *apud* Mores (2009) destacou algumas objeções, sendo elas: não há garantia de que as opiniões dos indivíduos envolvidos nas pesquisas sejam independentes entre si; não se tem o conhecimento do nível das instituições dos países envolvidos; a opinião das pessoas está relacionada com o acesso à informação e notícias disponíveis nos meios de comunicação; as percepções acerca da corrupção indicam pouco sobre o sentido empírico da corrupção.

Contudo, de uma forma geral, Mauro (2002) *apud* Campos (2012) destaca que os índices de percepção têm permitido aos pesquisadores séries de resultados interessantes.

No último relatório divulgado, referente ao ano de 2014¹, a Transparência Internacional colocou o Brasil na 69ª posição, com 43 pontos, um ponto a mais que no ano de 2013. O primeiro colocado, a Dinamarca, conseguiu 92 pontos. Em relação aos países vizinhos, o Brasil está muito abaixo do Uruguai e do Chile, que aparecem com os melhores resultados (73 pontos cada, 21ª posição), enquanto que a Argentina tem pontuação menor (apenas 34 pontos, 107ª posição). Apesar do desempenho pífio do Brasil, 106 países figuram com resultados piores, ou seja, o resultado do Brasil é insatisfatório, porém mediano, conforme mapa apresentado na Figura 1.

¹ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos da *Transparency International*.

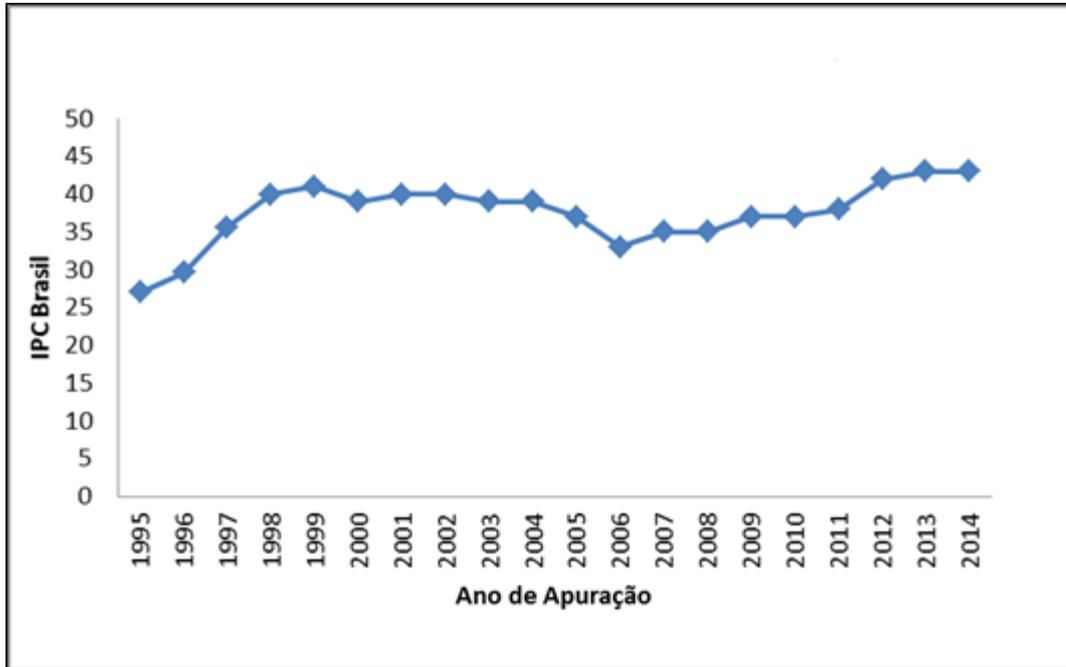
Figura 1- Corrupção percebida no mundo (2014)



Fonte: *TransparencyInternational* (2014).

Observando, no Gráfico 1, a trajetória das notas do IPC obtidas pelo Brasil de 1995 a 2014, constata-se que as notas brasileiras não sofreram fortes picos, os valores não oscilaram muito no decorrer dos anos. O melhor desempenho, portanto, a nota mais elevada para o Brasil foi nos anos 2013- 2014 e o pior cenário foi em 1995, porém a variação entre o melhor e pior desempenho foi mínimo.

Gráfico 1- Índice de Percepção da Corrupção no período de 1995-2014



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da *Transparency Internacional* (2014).

Em suma, verifica-se que o país está muito distante de ser considerado um país com baixa percepção de corrupção. Esse resultado apresentado para o Brasil pode ser explicado por Treisman (2000) *apud* Sobral (2014), que conclui que países com baixos níveis de desenvolvimento econômico, ou a menos intermediário, como no caso brasileiro, apresentam maiores índices de percepção de corrupção.

2.4.2 Indicadores de Governança Mundial (WGI)

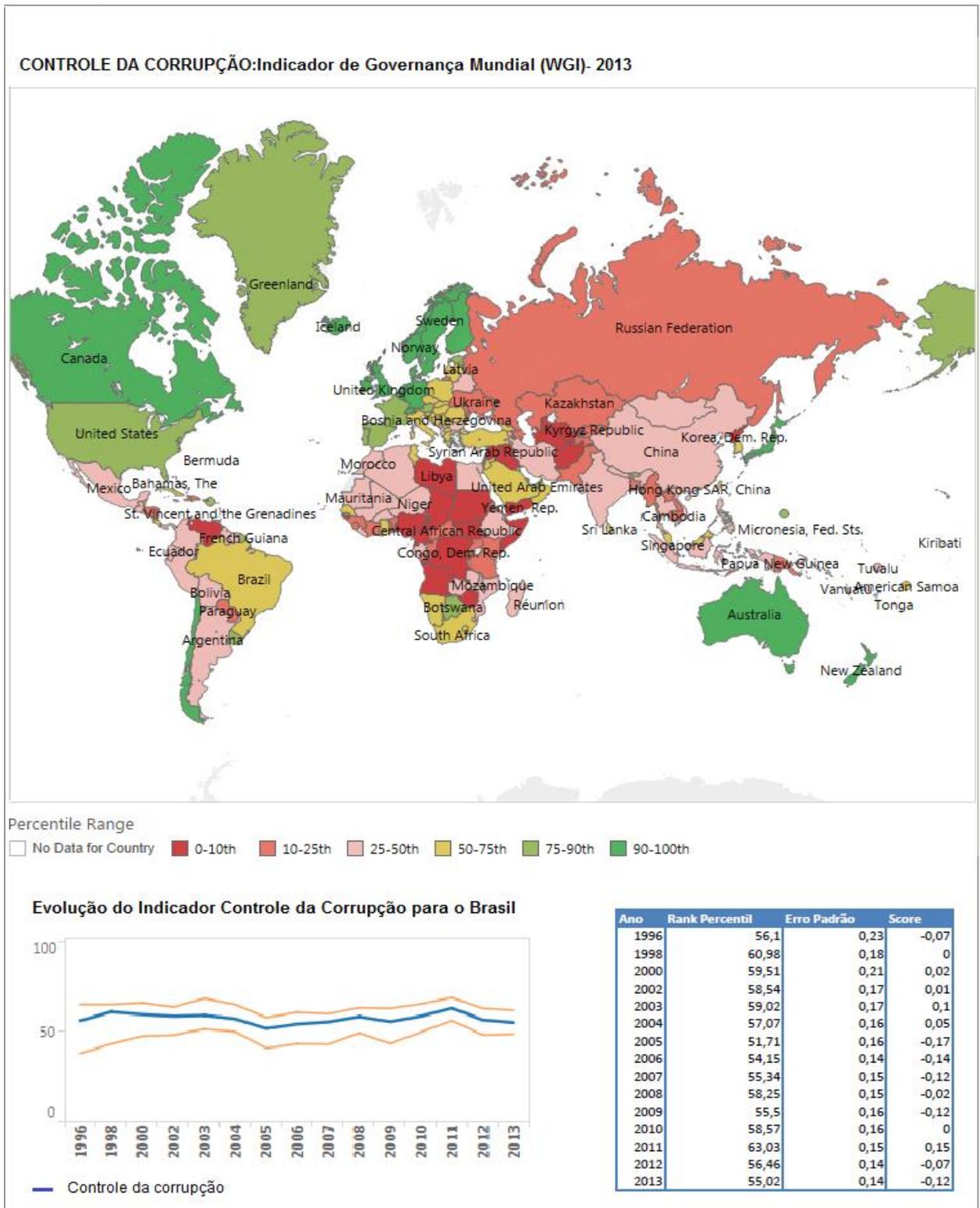
Os WGI são um conjunto de dados publicados anualmente pelo Banco Mundial no seu site. Os indicadores são compostos por seis dimensões de governança para 215 países no período de 1996-2013: i) prestação de contas; ii) estabilidade política e controle de violência; iii) efetividade do governo; iv) qualidade do arcabouço regulatório; v) aplicação da lei; vi) controle da corrupção. O indicador que mais nos interessa aqui é o controle da corrupção. Esse indicador mostra a

posição de um país no quesito controle da corrupção em comparação com outros (WGI, 2014).

Sua construção é semelhante da IPC-TI, com diversas fontes de dados, abrangendo desde institutos de pesquisa, analistas especializados, organizações não governamentais e órgãos internacionais também levam em consideração a participação de empresas e cidadãos entrevistados em países industrializados e em desenvolvimento (SOBRAL, 2014).

A Figura 2 origina-se do Banco Mundial e se refere ao Indicador de Governança Mundial, controle da corrupção, referente ao ano de 2013 e a figura também se refere à evolução desse indicador de 1996 a 2013 para o caso brasileiro, destacando que o Banco Mundial não fornece os valores para os anos de 1997, 1999 e 2001.

Figura 2- Indicador de Governança Mundial (WGI)



Fonte: World Bank (2013).

Uma característica fundamental da metodologia, do WGI, é que ela gera margens de erro para cada estimativa de governança. Essas margens de erro são levadas em conta ao fazer comparações entre países e ao longo do tempo. Quanto

mais alto o percentual, maior o controle da corrupção, baixando assim sua incidência (WGI, 2014).

Quanto mais próximo de 100 melhor o resultado. Percebe-se que o Brasil apresentou uma melhor posição percentil (55,02) que a Argentina (41), porém quando comparado ao Chile (90) e Uruguai (89), apresentou pior posição. Já a trajetória desse indicador no Brasil foi estável, sendo em 2011 o ano de maior posição percentil, 63,03 e 2005 o ano de menor posição percentil, com 51,71.

2.5 Breve Histórico da Corrupção no Brasil²

Apesar das capas de revistas brasileiras estarem frequentemente ilustradas com casos de corrupção, no Brasil é “uma velha senhora” e suas praticas podem ser relatadas desde o período colonial, que no século XVI, temos registro de comércio ilegítimo, pois era necessário autorização do rei para comercializar produtos brasileiros como pau-brasil, especiarias, tabaco, ouro e diamante (LIMA, 2009 *APUD* ORTH, 2012). Em meados desse século, na Bahia do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, já se roubava muito; o próprio Padre Antônio Vieira escreveu um sermão intitulado “Sermão do Toma”, no qual atacava as autoridades locais que desviavam verbas dos cofres públicos.

Com a proclamação da independência em 1822 e a instauração do Brasil República, outras formas de corrupção, como a eleitoral e a de concessão de obras públicas, surgem no cenário mundial. Com a República, proclamada em 1889, o voto de “cabresto” foi à marca registrada no período. O coronel impunha o voto desejado aos seus empregados. Outra forma constante de eleger o candidato era o voto comprado. Em 1930, a República Velha foi taxada de corrupta, mas no sentido de que o sistema era corrupto, não as pessoas.

A ideia de corrupção individual entrou no Brasil no governo de Getúlio Vargas, mas a corrupção como forma organizada, parece surgir durante o governo de Juscelino Kubitscheck, com o Plano de Metas, no qual a execução de uma série de obras de construção civil corrompidas de diversos vícios, aliada á falta de transparência, abriu espaço para a prática sistematizada de superfaturamento no

² Os casos aqui relatados foram baseados no acervo do Museu da Corrupção: <www.muco.com.br>.

país, propiciando lucros exagerados às empreiteira, conforme afirma Garcia (2003). Durante as campanhas eleitorais de 1950, um caso tornou-se famoso, a “caixinha do Adhemar”. Adhemar de Barros político paulista, era conhecido como um fazedor de obras, seu lema era “Rouba, mas faz!”. A caixinha era uma famosa arrecadação de dinheiro e de troca de favores entre bicheiros, empresários e empreiteiros que desejavam algum benefício do político.

Depois, o período militar (1964-1985) chegou para ocultar ações do governo, ou seja, a falta de transparência e a censura criaram uma falsa ausência de corrupção. No entanto, a alta intervenção do governo na economia e a quantidade de obras públicas do período eram terreno fértil para a prática. Mesmo com o governo controlando a mídia, alguns casos chegaram a vir à tona, como o da Rodovia Transamazônica, considerada a maior obra pública da história da Amazônia custando aproximadamente 34 bilhões de reais, resultando num enorme fracasso e nunca ficou pronta. Outro caso relatado foi dos empréstimos concedidos à Luftalla (envolvendo governador de São Paulo, Paulo Maluf) e da Proconsult (durante a apuração das eleições de 1982). Conforme afirma Hernandez (2011), esses e outros eventos não citados dão indícios de que o período não foi isento de corrupção.

A partir de 1985, com o retorno dos civis à presidência com a campanha pelas Diretas-já, muitos dos antigos hábitos continuaram. O Estado continuou grande, a burocracia poderosa, a corrupção correndo solta, e agora com um personagem mais ativo: os políticos. E é nesta situação que foi criado, com o objetivo de investigar as denúncias de irregularidade, a Comissão Parlamentar de Inquérito em 1988 (CPI da Corrupção), no qual o então presidente José Sarney era acusado de comandar um vasto esquema de desvio de verbas públicas. Sarney conclui seu mandato deixando uma nação sufocada pela dívida externa e desmoralizada pelo péssimo comportamento de seus políticos (RANQUETAT, 2011; HERNANDES, 2011).

Em 1988 ocorreu a promulgação da Constituição Federal, que deu início ao processo de redemocratização do Brasil. Além de prever um controle mais rigoroso do orçamento, a nova Carta Magna limitava a investidura em cargo ou emprego público à aprovação em concurso público, dando à meritocracia o peso devido, conforme diversos estudos acerca da qualidade burocrática. Além disso, a nova

Constituição define como princípios da administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade (HERNANDES, 2011).

Aproveitando-se da situação de crise política e econômica, eis que surge o “caçador de marajás”, prometendo erradicar as mordomias e moralizar o governo. Era Fernando Collor de Melo, eleito em 1990, sendo o primeiro presidente eleito depois das restrições democráticas. Ele exibiu o caso de corrupção mais emblemático de nossa história recente. Um esquema de caixa dois, conhecido como “Esquema PC”, sigla baseada no nome do tesoureiro da campanha, Paulo César Farias. Estima-se que esse esquema tenha movimentado de 600 milhões a 1 bilhão de dólares. E foi descoberto no segundo ano de governo, culminando com um processo de impugnação de mandato (Impeachment) contra si. O processo, antes de aprovado, fez com que Collor renunciasse ao cargo em 02 de outubro de 1992, deixando-o para seu vice Itamar Franco. (SPEACK, 2000).

Durante o governo Itamar Franco, é posta em prática uma das leis mais importantes para o combate à corrupção no Brasil: a Lei n. 8. 666, de 1992, que institui normas para as licitações e os contratos firmados pela administração pública (BRASIL/ Tesouro Nacional, 1993). A lei obriga o burocrata a licitar pelo menor preço e é proibido restringir a participação de empresas nas concorrências públicas. Daí em diante sucederam-se os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva.

Fernando Henrique Cardoso toma posse como presidente (1995-2003) e seu governo foi marcado pela iniciativa privada, tomando uma posição menos intervencionista na economia. Tal medida tende a diminuir as possibilidades de corrupção ao diminuir os poderes da burocracia. No entanto no Brasil, a privatização abriu brechas para a corrupção por meio das falhas de processos, culminando em vendas privilegiadas a custos muitos baixos e gerando monopólios e concentração de renda (HERNANDES, 2011). Novos casos vieram à tona envolvendo superfaturamento de obras e vantagens na privatização de estatais.

Nesse período, no ano 2000, foi aprovado a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro. A LRF visa instituir uma gestão fiscal responsável, preservando a situação fiscal dos entes federativos,

de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlatada e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores, além da obrigação de divulgar o que tem sido feito com a verba pública, a partir de relatórios minuciosos que devem ser enviados aos órgãos de controle. Portanto, a LRF estabelece os princípios de equilíbrio fiscal, planejamento e transparência (BRASIL/Tesouro Nacional, 2000).

Casos de corrupção ocorreram nesse período, como o da CPI do Banestado (1996); escândalo da Encol (1997); caso do Banco Marka (1999) que envolvia o banqueiro Salvatore Cacciola e o presidente do Banco Central, Francisco Lopes. Onde para evitar uma queda no mercado, Francisco Lopes vendeu dólares mais barato ao Marka, causando prejuízos bilionários aos cofres públicos.

Ainda no governo FHC, foi criada a Corregedoria-Geral da União, denominada em 2003 de Controladoria-Geral da União (CGU). Seu objetivo é dar assistência ao presidente da República no combate à fraude e à corrupção e auxiliar na defesa do patrimônio público. É responsável pela formulação de políticas de prevenção e combate à corrupção, de transparência dos gastos públicos e de estímulo à participação e ao controle da sociedade (BRASIL/CGU, 2015).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), algumas medidas importantes foram tomadas, conforme mostra Hernandes (2011): a CGU passou a ser um ministério e foi aprovado a Lei Complementar n. 135, conhecida como a Lei da Ficha Limpa. Ela foi criada por meio de iniciativa popular, com intuito de combater a corrupção eleitoral e impede, por exemplo, que candidatos com condenação na Justiça tenham sua candidatura registrada (BRASIL/Tesouro Nacional, 2010)

Apesar dos avanços, esse período não foi isento de grandes casos de corrupção: a CPI dos Correios (2005); o esquema do Mensalão (2005), que levou o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, a ter seu mandato cassado; e a CPI das Ambulâncias (2006), que investigou um esquema de fraude em licitações na compra de ambulâncias.

No Governo da presidente Dilma Rousseff (2011-atualidade), houve mais avanços no combate à corrupção, com a aprovação da Lei de Acesso à Informação, onde regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Ela criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A lei vale para os três poderes da União e em todas as esferas de governo.

E também a aprovação Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846), que pune empresas por atos de corrupção contra a administração pública. As empresas serão responsabilizadas por práticas ilícitas e poderão pagar multas de até 20% de seu faturamento, ou de R\$ 6mil até R\$ 60 milhões, caso não for possível calcular o faturamento(BRASIL/ Tesouro Nacional, 2011).

Apesar dos diversos avanços apontados (e dos não apontados) no combate à corrupção, esta ainda está presente e ativa no governo brasileiro em todas as suas esferas. Conforme se observa nos noticiários os diversos casos de corrupção e as diversas manifestações de uma sociedade cansada do sistema corrupto e de seus efeitos na economia atual.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa abordada, a área de estudo e por fim exposto os dados e variáveis.

3.1 Método de Estudo

Para a realização desta Monografia foram utilizados dados primários, coletados em pesquisa de campo, por meio de questionário, além de pesquisa bibliográfica sobre a área de estudo, para melhor compreendê-la, podendo assim caracterizar esta pesquisa como exploratória descritiva. Exploratória porque, segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, utilizando-se de levantamento bibliográfico. E descritiva, pois relata os fatos e fenômenos de determinada realidade.

O questionário elaborado nesta pesquisa gerou dados necessários para a avaliação quantitativa do tema através de análises descritivas e aplicação econométrica. Foi utilizado um modelo linear de regressão com Mínimos Quadrados Ordinários para inferir correlações entre as variáveis socioeconômicas e a percepção de corrupção. Esse modelo foi estimado através do *software* STATA.

Na aplicação do modelo econométrico foram observados vários modelos. Em princípio, foi regredida a variável percepção da corrupção contra a variável renda (modelo 1); depois o exercício foi repetido com as variáveis percepção da corrupção e escolaridade (modelo 2); depois a variável dependente e a variável escolaridade da mãe (modelo 3), e assim mostrou-se isoladamente as correlações entre as variáveis explicativas e a variável dependente. Por fim, o modelo geral, em que a variável dependente foi regredida relativamente a todas as outras variáveis socioeconômicas (ocupação, renda, educação, background familiar e um conjunto de variáveis categóricas para captar o nível de consciência política do indivíduo). Portanto, o estudo abrangeu o uso de regressões simples e múltiplas.

Apesar da simplicidade do modelo econométrico, para o propósito do estudo, insta ressaltar que a aplicação do método é bastante satisfatória. Há que se atentar apenas para que os pressupostos teóricos sejam atendidos, conforme elencam Figueiredo Filho *et al.* (2011): (i) relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes; (ii) assume-se que não há erro sistemático de mensuração; (iii) a expectativa da média do termo de erro é igual a zero; (iv) ausência de heterocedasticidade, ou seja, a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores das variáveis independentes; (v) ausência de autocorrelação serial, o que quer dizer que os termos de erros são independentes entre si; (vi) a variáveis independentes não devem ser correlacionadas com o termo de erro; (vii) ausência de omissão de variáveis importantes, bem como de inclusão desnecessária de variáveis no modelo; (viii) ausência de multicolinearidade, ou seja, alta correlação entre as variáveis independentes do modelo; (iv) assume-se que o termo de erro tem uma distribuição normal; (x) há uma adequada proporção entre o número de casos e o número de parâmetros estimados.

Dessa forma, o modelo seguiu a forma linear representada pelas equações a seguir, em cada caso:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \varepsilon \quad (1)$$

$$Y = \alpha + \beta_2 X_2 + v \quad (2)$$

$$Y = \alpha + \beta_3 X_3 + q \quad (3)$$

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n + w \quad (4)$$

Em que Y corresponde à variável dependente (*percepção da corrupção*), X_i refere-se ao conjunto de variáveis independentes ou explicativas (fatores socioeconômicos: renda, escolaridade e escolaridade da mãe, respectivamente.), α refere-se ao valor da média esperada de Y ; β_i trata da mudança observada em Y associada à variação em X_i ; ε , v e q correspondem ao termo estocástico, ou seja, o erro de predição de Y a partir de X_i .

3.2 Área de Estudo

O local da coleta de dados da pesquisa foi no Município de Caruaru, cidade localizada no Agreste de Pernambuco, Brasil, distante 135 Km da capital Recife (IBGE/2015).

A cidade é a mais populosa do interior do estado e é composta por 314.912 habitantes (IBGE/2010) e sua população estimada para 2015 é 347.088 pessoas, sendo o quarto município mais populosa de Pernambuco e o mais populoso, fora a região do Recife.

Apresenta um índice de desenvolvimento humano (IDHM 2010) de 0,677, considerado médio. O seu PIB a preços correntes é de 3.872,947 reais e seu PIB per capita a preços correntes é de 11.950,04 reais, ficando atrás de municípios como Recife, com PIB per capita de 23.679,08, Belo Jardim, com 13.352,73 e Petrolina, com 12.399,02 (IBGE 2012). Ocupando assim, a 13ª posição no *ranking* por PIB per capita dos municípios pernambucanos, conforme pode ser observado na Tabela 1.

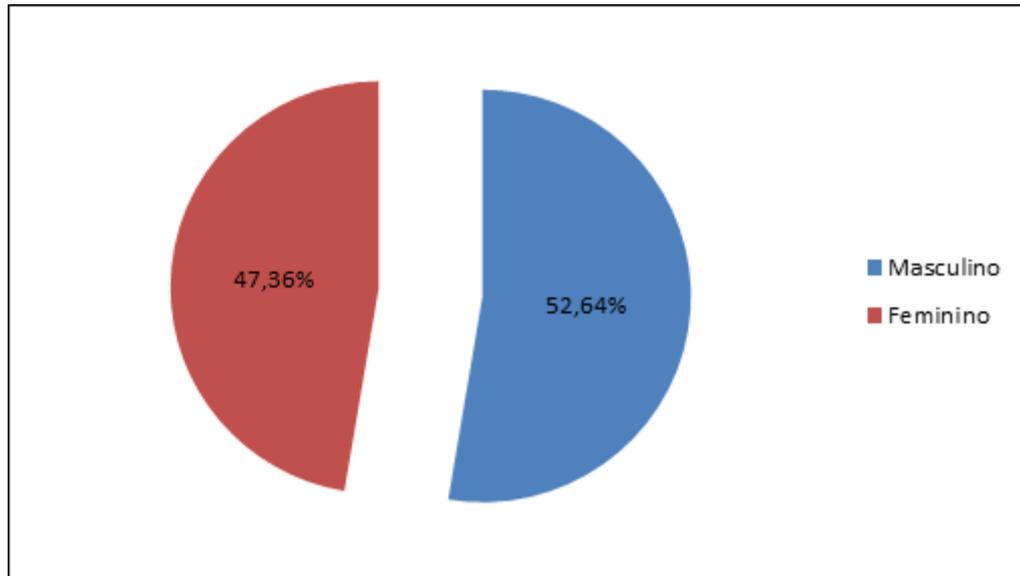
Tabela 1 – Municípios pernambucanos por PIB *per capita*

Posição	Município	PIB <i>per capita</i>
1 ^a	Ipojuca	138.273,00
2 ^a	Cabo de Santo Agostinho	31.741,83
3 ^a	Itapissuma	30.407,59
4 ^a	Petrolândia	24.548,04
5 ^a	Recife	23.679,08
6 ^a	Camutanga	23.151,47
7 ^a	Fernando de Noronha	16.137,06
8 ^a	Vitória de Santo Antão	15.016,74
9 ^a	Jaboatão dos Guararapes	14.478,20
10 ^a	Igarassu	14.008,17
11 ^a	Belo Jardim	13.352,73
12 ^a	Petrolina	12.399,02
13^a	Caruaru	11.950,04

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE referente à 2012, IBGE (2015).

Em relação às características de sua população, segundo o censo do IBGE 2010, a população feminina (52,64%) é maior que a masculina (47,36%). Como podemos verificar no Gráfico 2.

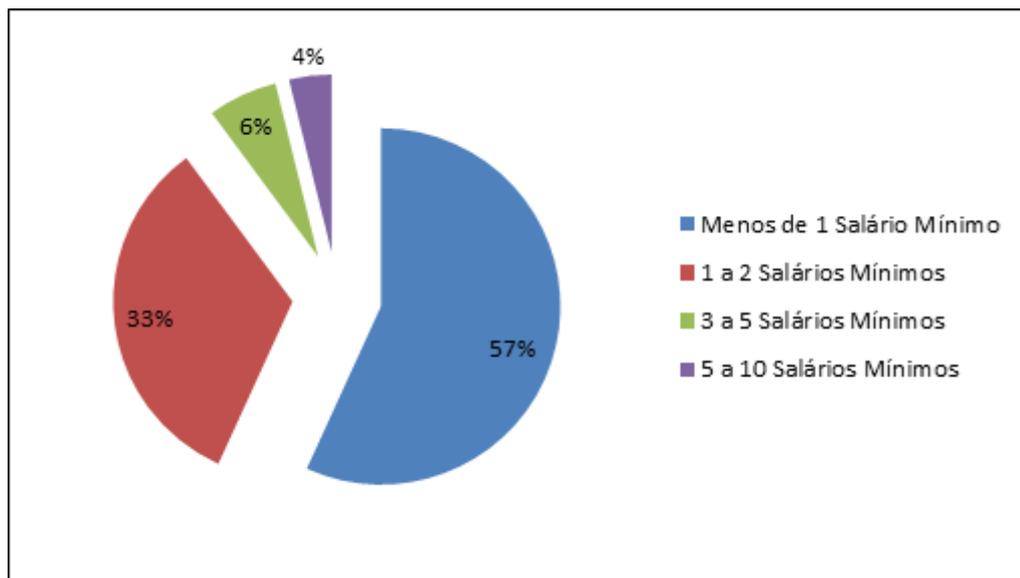
Gráfico 2 – Distribuição de homens e mulheres em Caruaru-PE.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE referente à 2010, IBGE (2015).

Analisando a renda do indivíduo caruaruense, no Gráfico 3, pode-se verificar que ocorre uma concentração na faixa de até um salário mínimo, que representa 57% da população.

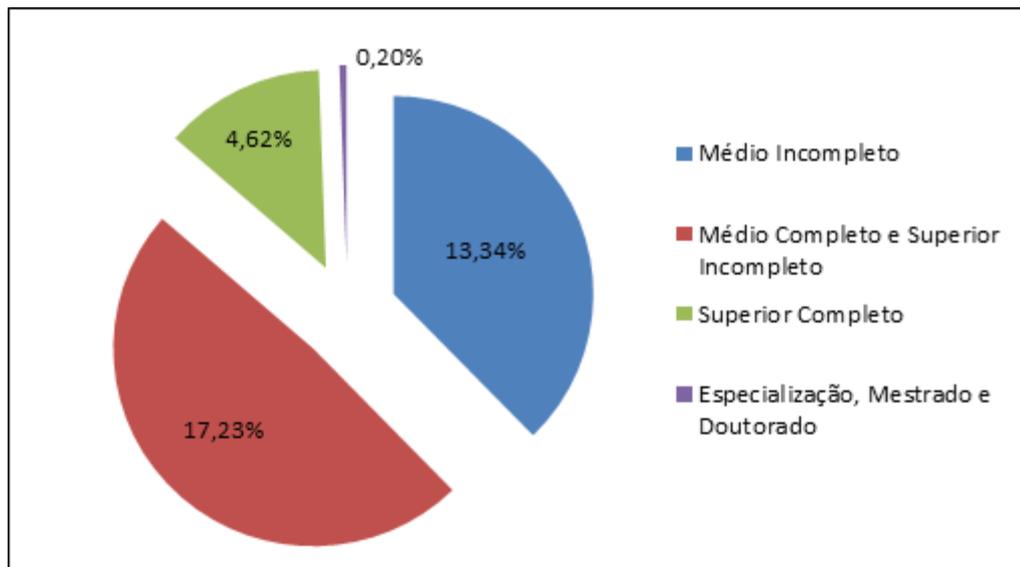
Gráfico 3 – Renda Individual de Caruaru-PE



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE referente à 2010, IBGE (2015).

Quanto à escolaridade, no Gráfico 4, observa-se, que a maior parte possui ensino médio completo e superior incompleto, em torno de 17,23%. A quantidade de indivíduos com nível superior completo é relativamente pequena, sendo apenas 4,62%. Percebe-se também que o número de pessoas com pós-graduação, não chega a 1% da população.

Gráfico 4 – Nível de Escolaridade em Caruaru-PE



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE referente à 2010, IBGE 2015.

Porém, conforme já observado estes dados são do censo de 2010, estando desatualizados e não representam a nova realidade de Caruaru, tendo em vista que entre 2010 e 2015 novos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado chegaram ao Município.

3.3 Coletas de Dados e Descrição das Variáveis

A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionário dirigida ao público da cidade de Caruaru-PE, ressaltando-se que os indivíduos não foram abordados nas residências, mas nos locais de trabalho, lazer ou de circulação pública entre abril e junho de 2015.

O questionário (APÊNDICE) contém 24 perguntas fechadas e obedeceu a regras básicas de estrutura, possuindo uma lógica interna na representação exata

dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação. As perguntas abrangiam questões socioeconômicas básicas e algumas outras questões mais específicas, a fim de estimar a percepção do entrevistado sobre a corrupção. Assim, inicialmente foram solicitadas informações, tais como gênero, cor, idade, estado civil, filhos, grau de escolaridade, grau de escolaridade da mãe e do pai, ocupação, renda mensal individual e familiar, se reside em Caruaru.

Em seguida, o questionário envolve questões mais específicas, como, qual o maior problema do Brasil, segundo a opinião do entrevistado; se concorda que estes mesmos problemas se aplicam ao município de Caruaru e classificar em uma escala de 1 a 4, sendo 1 (pouca importância) e 4 (importância alta), os problemas enumerados para Caruaru, classificar em uma escala de 1 a 5, sendo 1 (nunca) e 5 (sempre), como ocorre a contratação no mercado de trabalho do município, e se o indivíduo procura se informar sobre decisões que afetam o município e se ele classificaria o município de Caruaru como corrupto e qual seria o grau de corrupção.

Por fim, o questionário pedia para classificar em uma escala de 1 a 4, sendo 1 (inexistência de corrupção) e 4 (corrupção grave), três situações: de um funcionário público que utiliza o carro oficial, de uso exclusivo para trabalho, durante a semana para pegar o filho na escola; de um político que aprova leis por causa de pressões políticas e, por último, de um cidadão que paga seus impostos religiosamente porém compra CD pirata. Possibilitando assim, traçar a percepção dos caruaruenses sobre a corrupção e relacioná-la com outras variáveis, como por exemplo, a renda.

As variáveis, brevemente descritas e seus respectivos sinais esperados, estão representadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Descrição das variáveis usadas nas regressões

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado
Corrup_1	Percepção de corrupção	Variável explicada
Sexo	Gênero	*
Escolar	Escolaridade	+
Escolar_me	Escolaridade da mãe	+
Renda_m	Renda mensal individual	+
Renda_m_fam	Renda mensal familiar	+
Prob_cv	Principal problema de caruaru é o custo de vida	+
P_corrup	Principal problema de caruaru é a corrupção no setor público	+

Fonte: Dados da pesquisa

A variável a ser explicada, ou seja, a variável dependente é a descrita como percepção de corrupção, referente a primeira pergunta da questão 24 do questionário, que pede para o entrevistado classificar de uma escala de 1 a 4, onde 1 significa inexistência de corrupção e 4 corrupção grave, uma situação em que o funcionário público usa o carro oficial para buscar o filho no colégio .

As demais variáveis (variáveis explicativas) são as variáveis socioeconômicas que se quer relacionar com a percepção de corrupção. Através delas, será possível chegar ao objetivo deste trabalho.

Em relação à análise do sinal esperado das variáveis, espera-se que quanto maior a escolaridade maior percepção da corrupção. O mesmo para renda, tanto individual como familiar, quanto maior for essa variável, espera-se que maior seja a percepção. O gênero nem sempre apresenta um sinal esperado.

Uma relação positiva também seria observada para os indivíduos com maior escolaridade e com mães de maior escolaridade. Espera-se ainda o sinal positivo para aqueles que classificam a corrupção pública e o custo de vida como os maiores problemas do município de Caruaru, quanto maior a consciência do entrevistado sobre esses fatores, maior será sua percepção.

Apresentadas as variáveis, os resultados das regressões serão apresentados e explicados na próxima seção.

CAPÍTULO 4

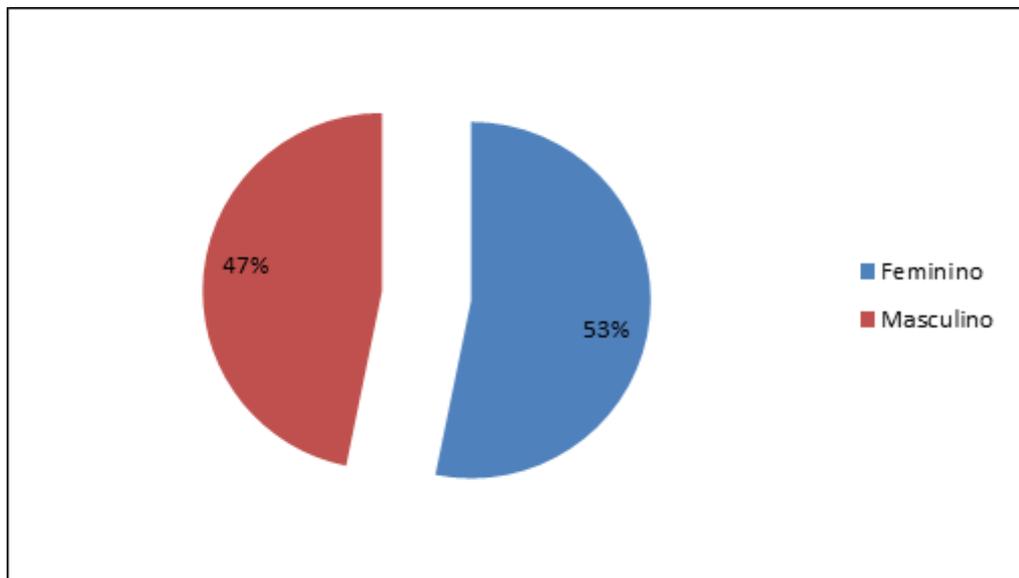
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo é apresentada a relação existente entre a percepção de corrupção e os fatores socioeconômicos. Iniciando a apresentação com uma análise exploratória da amostra e por fim, o resultado das estimações.

4.1 Análise Exploratória dos Dados

Entrevistou-se um total de 425 cidadãos, sendo a amostra composta por 53% de mulheres, correspondente a 224 entrevistados, e 51,06% de homens. Como podemos observar no Gráfico 5.

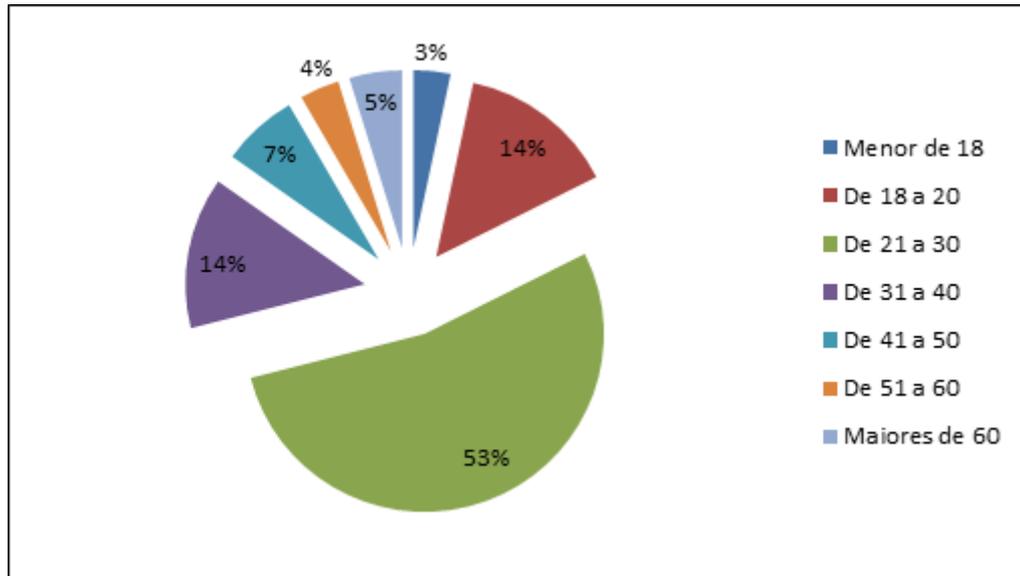
Gráfico 5 – Classificação dos entrevistados por sexo



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à faixa etária, no Gráfico 6, observa-se, que a maior parte dos questionários foram respondidos por indivíduos entre 21 e 30 anos.

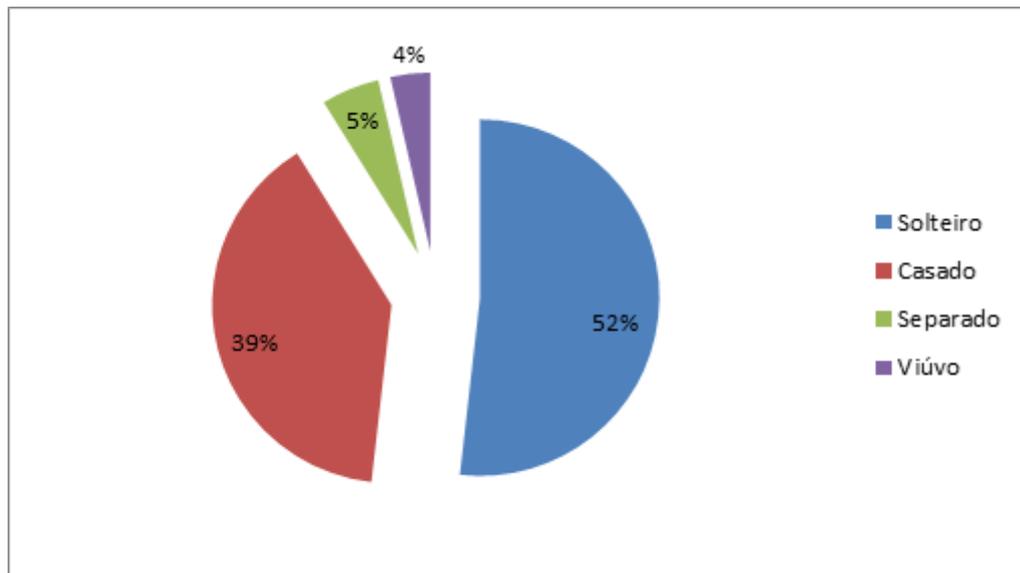
Gráfico 6 – Classificação dos entrevistados por faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa.

Aproximadamente 51,06% dos entrevistados relataram ser solteiros, correspondendo a 217 entrevistados (Gráfico 7).

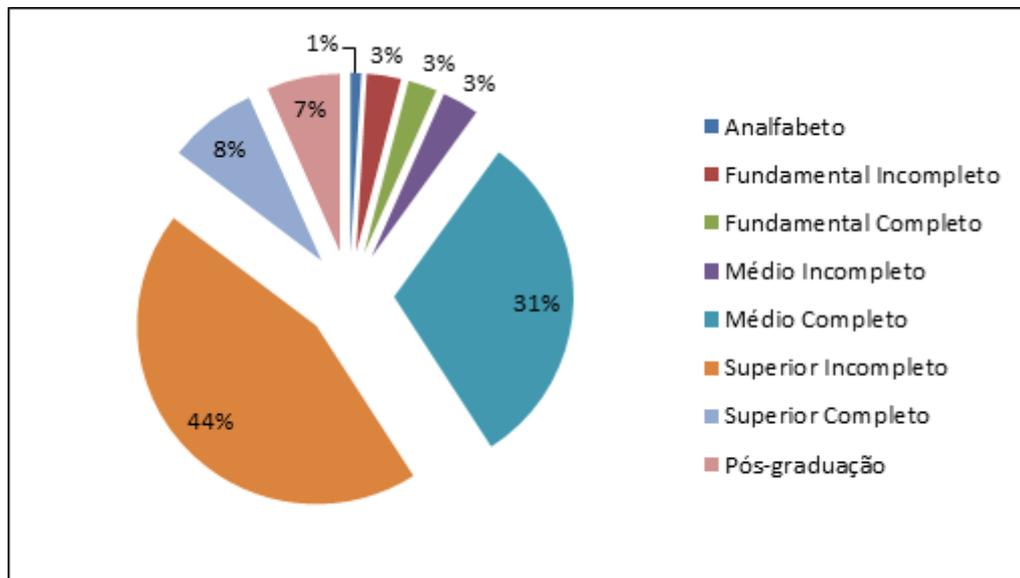
Gráfico 7 – Classificação dos entrevistados por estado civil



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à escolaridade (Gráfico 8), observa-se uma maior composição da amostra no nível superior incompleto, em torno de 44%. Apenas 8% dos entrevistados possuem nível superior e 7% são pós-graduados.

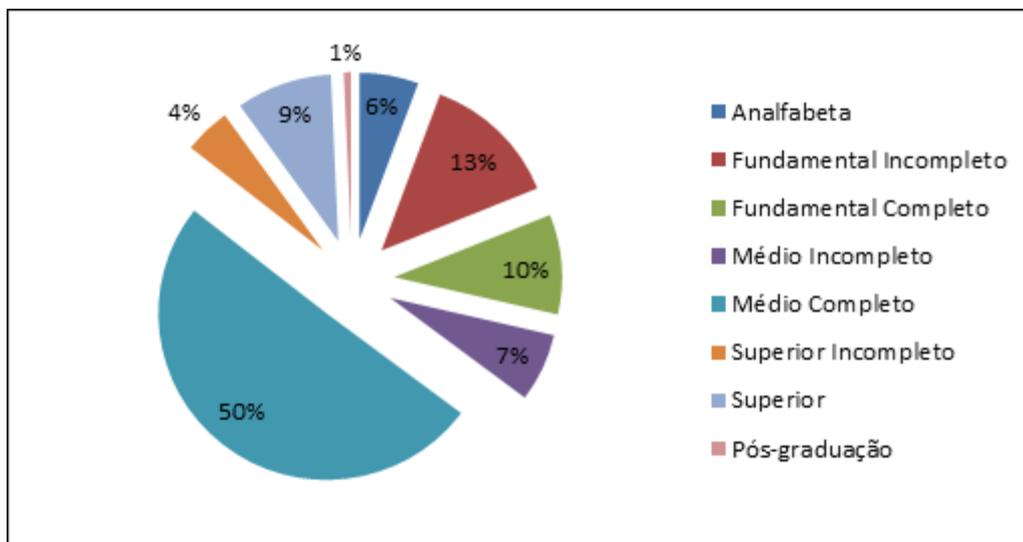
Gráfico 8 – Classificação dos entrevistados por nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa.

Aproximadamente 50% das mães dos entrevistados possuem nível médio completo e 6% delas são analfabetas (Gráfico 9).

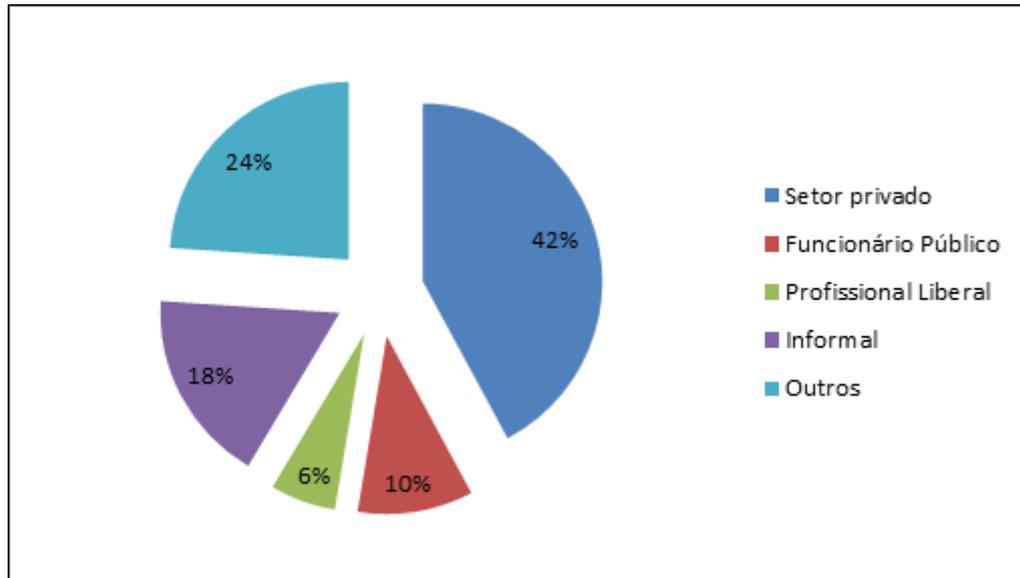
Gráfico 9 – Classificação do grau de escolaridade da mãe



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à ocupação atual, a maior parte dos indivíduos está inserida no setor privado, correspondendo a 42% da amostra. Percebe-se também a presença significativa de atividades informais (feirantes, ambulantes, guardadores de carros, catador de lixo), a qual representou 18% dos dados coletados (Gráfico 10).

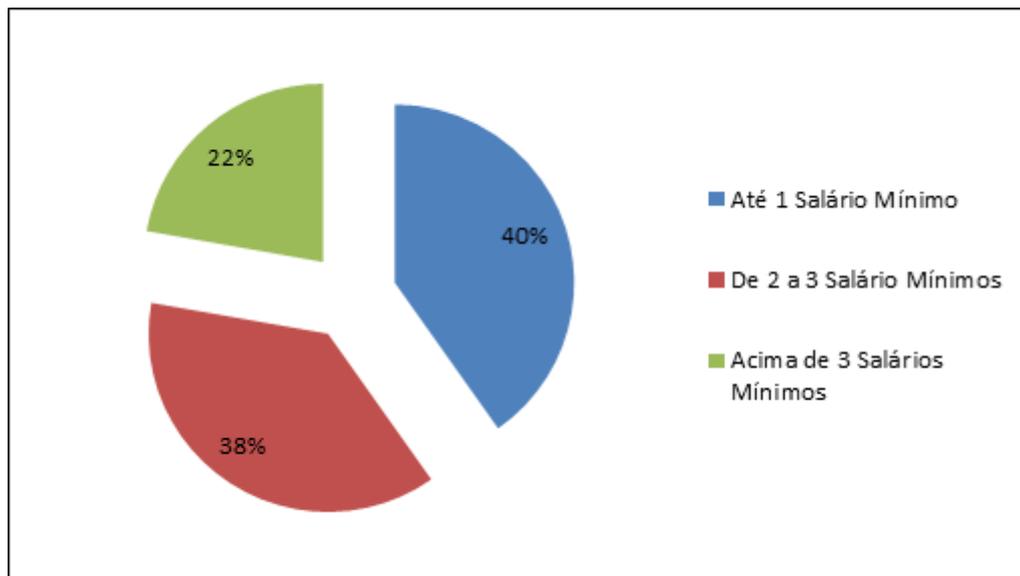
Gráfico 10 – Classificação dos entrevistados por tipo de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

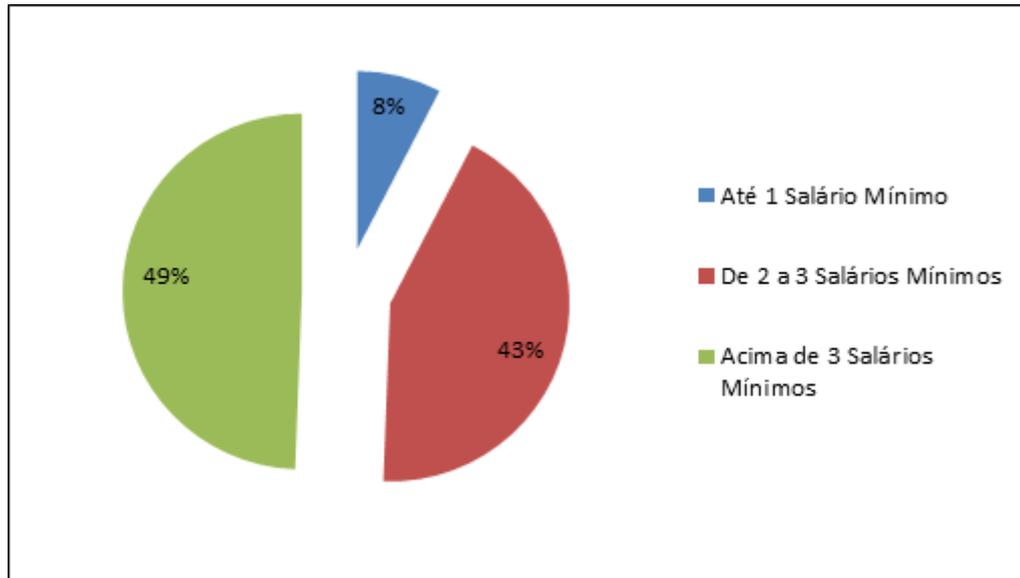
Analisando a renda do indivíduo entrevistado, no Gráfico 11, pode-se observar que ocorre uma concentração na faixa de até um salário mínimo, que representa 40% da amostra.

Gráfico 11 - Classificação dos entrevistados por renda individual



Fonte: Dados da pesquisa.

Na composição da renda familiar, observa-se um aumento na renda média, diminuindo-se a concentração na faixa de um salário mínimo, sendo que a maioria apresenta de 2 a 3 salários mínimos (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Classificação dos entrevistados por renda familiar

Fonte: Dados da pesquisa.

A estatística descritiva das variáveis utilizadas pode ser verificada na Tabela 3, onde a amostra considerada para essas variáveis não apresenta casos omissos, totalizando 425 observações.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Corrup_1	2,6627	1,0646	1	4
Sexo	0,4668	0,4995	0	1
Escolar	4,6312	1,3582	0	9
Escolar_me	3,3664	1,6234	0	7
Renda_m	1633,7473	1408,9756	150	12.000
Renda_m_fam	2469,7177	1675,9742	400	20.000
Prob_cv	3,4964	0,7818	1	4
P_corrup	3,7275	0,5430	1	4

Fonte: Dados da pesquisa.

O valor médio da percepção de corrupção, revela que os a maioria dos entrevistados classificou a situação em que o funcionário público utiliza como meio de transporte para buscar o filho na escola, o carro oficial para fins de trabalho, como corrupção moderada. Outro ponto em destaque na média, é que grande parte dos indivíduos classifica o problema de corrupção em Caruaru como grave.

4.2 Modelo Empírico

Os resultados obtidos para as regressões estimadas por Mínimos Quadrados Ordinários estão apresentados na Tabela 4 e demonstram que as variáveis utilizadas são estatisticamente diferente de zero, ou seja, reduz-se a possibilidade de que o modelo escolhido esteja mal especificado.

Tabela 4 – Análise de variância do modelo final

Modelo	Soma dos Quadrados	GL	Média dos Quadrados	F	P-valor
Regressão	5.0196251	5	1.00392502	7.40	0,000
Resíduos	50.0577082	369	0.135657746		
Total	55,0773333	374			

*GL=graus de liberdade.

Fonte: Dados da pesquisa.

O coeficiente de determinação geral (R^2) apresentou-se alto, com 11,24% da variação na variável dependente pode ser explicada pela variação nas demais variáveis independentes (Tabela 5), considerando o fato de ser uma pesquisa de percepção. Estudos como o de Figueiredo Filho *et al.* (2011), mostram que essas informações, como a do R^2 , tem sido cada vez menos considerada em detrimento da significância das variáveis. Ainda mais em estudos que não pretendem ir além da correlação entre as variáveis.

Tabela 5 – Resultados da regressão linear múltipla (MQO): modelo final

	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística “t”	P-valor
SEXO	-0,0893	0,038	-2,35	0,019**
ESCOLAR	-0,028	0,0173	-1,61	0,108
ESCOLAR_ME	-0,0251	0,0133	-1,88	0,060***
RENDA_M	0,0000	0,0000	2,23	0,026**
RENDA_M_FAM	-0,0000	0,0000	-3,33	0,001*
PROB_CV	0,0858	0,0433	1,98	0,048**
P_CORRUP	-0,1309	0,0477	-2,74	0,006*
_CONS	0,5357	0,0777	6,89	0,000*
R ²	11,24%			
R ² Ajustado	9,54%			
N=375				
Variável Dependente	CORRUP_1			

*Significância a 1%. **Significância a 5%. ***Significância a 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à correspondência entre os sinais as variáveis renda individual, problema do custo de vida no município apresentam uma relação positiva com a variável dependente, como já esperado. Confirmando a hipótese inicial, que indivíduos com maior nível de renda pressupõem maior percepção. Entretanto, as variáveis, escolaridade, escolaridade da mãe, renda familiar e problema de corrupção pública no município apresentaram sinais negativos, divergindo com o esperado.

Os motivos para essa divergência podem ser o número pequeno da amostra, o fato do rápido crescimento de caruaru, que levou há um aumento rápido da renda de seus habitantes ou o motivo que a maioria dos habitantes de caruaru serem formados por trabalhadores informais, como feirantes, que tem renda elevada, porém nível escolar baixo, levando assim há uma divergência nos resultados dessa pesquisa. .

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um grave problema que afeta todos os países do mundo. Em níveis elevados, pode prejudicar o desenvolvimento do país, como é o caso do Brasil. Por esse motivo, é intenso o debate sobre a corrupção na literatura e no cotidiano da sociedade brasileira. E no meio do cenário brasileiro atual, com crise econômica, política e de ética, a corrupção aparece como causa principal, e se faz necessário uma sociedade consciente e apta para reconhecer os atos corruptos e assim, combater esse mal que assola a sociedade e resulta em uma pior qualidade de vida para a população.

Portanto, essa pesquisa contribuiu para o melhor conhecimento sobre o assunto, com um breve histórico da corrupção no Brasil, mostrando que a corrupção não é um acontecimento novo, mas um problema antigo, e também apresentou teorias que estudam a corrupção no meio micro e macroeconômico. Por fim e sendo o objetivo principal desta pesquisa, ajudou a verificar a percepção de corrupção dos indivíduos de Caruaru e relacionar com os seus fatores socioeconômicos.

Esperava-se que o indivíduo mais escolarizado e com maior renda tivessem melhor discernimento sobre corrupção. Porém, o resultado obtido no modelo foi que a variável escolaridade foi insignificante. Entretanto, comprovou-se que indivíduos com maior renda possuem melhor percepção na identificação de atos corruptos e, portanto que indivíduos com renda baixa não possuem concepção para classificar atos corruptos. O antecedente familiar não mostrou ser importante para a percepção de corrupção. Com relação à variável sexo, observou-se que homens apresentam melhor discernimento sobre a percepção da corrupção.

Os resultados indicaram que quanto maior a renda do indivíduo, melhor seria sua percepção da corrupção, confirmando a hipótese inicial. Porém, a segunda hipótese de que maior nível de educação deduziria melhor percepção não foi verificada. Há que se ressaltar que estudos com dados primários trazem sempre algumas limitações, haja vista que o entrevistado pode não levar tão a sério a pesquisa, o que poderia justificar, ao menos em parte, a relação não esperada entre educação e percepção de corrupção.

Por fim, convém considerar que há ainda alguns exercícios que podem ser realizados com os dados obtidos nos questionários. Nesse sentido, a primeira sugestão de trabalhos futuros será considerar a idade, buscando comprovar se há relação entre essa variável e a percepção de corrupção. E também identificar se os indivíduos do Município de Caruaru preocupam-se sobre decisões políticas que afetam o Município e se conhecem a Lei de acesso à informação. Enfim, diversas outras questões poderão ser abordadas aqui.

Ainda é importante afirmar que sendo um trabalho científico, com restrições orçamentárias para a pesquisa, o estudo ficou restrito ao Município de Caruaru. Nesse sentido, outra sugestão para trabalhos futuros é a ampliação do estudo para outras regiões críticas que extrapolem os limites do Município e assim, fazer uma comparação entre o nível de percepção dos indivíduos de Caruaru com os indivíduos de outros municípios.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Raquel Lima Pereira de. **Equilíbrio socialmente ótimo com corrupção parcial**: análise de modelo e aplicabilidade para o caso brasileiro. 4º Concurso de Monografias da Controladoria-Geral da União-Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, 2009. 86 p. Disponível em:
<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3563/1/a_corrupcao_no_brasil.pdf>. Acesso em 19 de Abril 2015.

ALBUQUERQUE, B. E.; RAMOS, F. S. **Análise teórica e empírica dos determinantes de corrupção na gestão pública municipal.** *In*: Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2006 Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A030.pdf>>. Acesso em 7 Abr. 2015

BARDHAN, Pranab. **Corruption and development**: a review of issues. *Journal of economic literature*, p. 1320-1346, 1997. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2729979?uid=2&uid=4&sid=2110602936960>>. Acesso em: 4 Fevereiro 2015

BARRIENTOS-PARRA, Jorge; MELO, Elaine Cristina Vilela Borges. **O direito à intimidade na sociedade técnica.** Disponível em: <
http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_direito_a_intimidade_na_sociedade_tecnica_rumo_a_uma_politica_publica_em_materia_de_tratamento_de_dados_pessoais.pdf> . Acesso em: 18 Abr. 2015.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. *In*: **Essays in the Economics of Crime and Punishment**. NBER, 1974. p. 1-54. Disponível em:<<http://www.nber.org/chapters/c3625.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

BOLL, J. L. S. **A corrupção governamental no Brasil**: construção de indicadores e análise da sua incidência relativa nos estados brasileiros. 2010. 59 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – PUCRS. Porto Alegre, 2010. Disponível em:<<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2593/1/000423819-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 16 Fev. 2015.

BREI, Zani Andrade. **Corrupção**: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/8128>>. Acesso em: 17 Abril 2015.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. [on-line] Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 14 de setembro 2015.

_____. TESOURO NACIONAL. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Estabelece normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 4 de setembro 2015.

_____. TESOURO NACIONAL. **Lei Complementar nº 135**, de 4 de junho de 2010. Estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp135.htm> Acesso em 4 de setembro de 2015.

_____. TESOURO NACIONAL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em 5 de setembro de 2015.

_____. TESOURO NACIONAL. **Lei nº 12.846**, de 1º agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> Acesso em: 5 de setembro de 2015.

_____. **Controladoria-Geral da União (CGU)**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional>> Acesso em: 6 de setembro de 2015.
CAMPOS, Francisco de Assis Oliveira. **Três ensaios sobre a economia da corrupção**. CAMPOS, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/4948>>. Acesso em: 16 de Setembro 2015.

DAMÉ, Otávio Menezes. **Educação e corrupção**: a busca de uma evidência empírica. Berkeley Program in Law & Economics, Latin American and Caribbean Law and Economics Association, Berkeley, paper 050107-3, mai.2007. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/bple/alcde/050107-3>>. Acesso em 14 Abril 2015.

CARRARO, André. **Um modelo de equilíbrio geral computável com corrupção para o Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciência Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5268/000423656.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 Abril 2015.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. **O que fazer e o que não fazer com a regressão**: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewArticle/117>> Acesso em: 01 de outubro 2015.

GARCIA, Ricardo Letizia. **A economia da corrupção: teoria e evidências: uma aplicação ao setor de obras rodoviárias no Rio Grande do Sul.** (2003). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5271/000423672.pdf?...1>> . Acesso em: 30 Jan. 2015.

GARCIA, Emerson e ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa.** 4ª ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p 9. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/14574-14575-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2015.

GUJARATI, D.N. **Econometria Básica.** 3a ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
HENRIQUE, A. T. ; RAMOS, F. S. . **Corrupção e gastos públicos: um estudo empírico para os municípios de pernambuco.** *In:* Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXXI, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte-MG, 2011. Disponível em:<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4913/arquivo2610_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 jun. 2015.

HERNANDES, Pedro Petronillio. **Combate à corrupção no Brasil: análise sob a ótica da economia da corrupção,** 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/concursos/Arquivo/6_ConcursoMonografias/1-Lugar-Universitarios.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260410>> Acesso em 20 de setembro de 2015.

_____. **Informações dos municípios.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260410&idtema=16&search=pernambuco|caruaru|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 21 de setembro 2015.

MACIEL, Felipe Guatimosim. **O controle da corrupção no Brasil.** [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em:<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2662/1/o_controle_da_corrupcao.pdf>.Acesso em: 14 Abril 2015.

MAEDA, Kentaro; ZIEGFELD, Adam. Socioeconomic status and corruption perceptions around the world. **Research & Politics**, v. 2, n. 2, p. 2053168015580838, 2015. Disponível em: <<http://rap.sagepub.com/content/2/2/2053168015580838.abstract>>.

MAURO, Paolo. **Why Worry About Corruption?.** Economic Issues – International Monetary Fund, Washington, n. 6, 1997. Disponível em: <<http://www.imf.org/EXTERNAL/PUBS/FT/ISSUES6/issue6.pdf>>. Acesso em: 10 de Abril de 2015.

MAURO, Paolo. **Corruption and Growth**. The Quarterly Journal of Economics, 1995, p. 681-712. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2946696?uid=2&uid=4&sid=21106063301371> >. Acesso em: 10 de Abril de 2015.

MORES, Giana de Vargas (2009). **A Corrupção no Brasil**: um estudo sobre os possíveis determinantes econômicos, políticos e sociais. 4º Concurso de Monografias da CGU, 2009. 94 p. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3563/1/a_corrupcao_no_brasil.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro 2015.

MUSEU DA CORRUPÇÃO. **Linha do tempo**. Disponível em: <http://www.muco.com.br/especiais/linhadotempo/index.aspx>>. Acesso em: 02 set. 2015.

ORTH, Camila Flores. **Indicadores socioeconômicos como determinantes do nível de corrupção nos municípios brasileiros: uma análise a partir de regressão espacial**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/handle/123456789/702>>. Acesso em: 02 set. 2015.

RANQUETAT, Petter Fischer. **Impunidade**: um estímulo à corrupção. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37835/000823710.pdf>>. Acesso em 17 set. 2015.

ROCHA, S. H.; RAMOS, F. S. **O impacto da eficiência da gestão municipal: indicadores e mensuração**. In: CONIC UFPE, XVIII, 2010, Recife-PE. 2010. **Anais...** Recife-PE: UFPE, 2010. Disponível em: http://www.contabeis.ufpe.br/conic/images/cd/conic/pibic/60/Resumo_CONIC_10060634PO.pdf> Acesso em: 11 Maio 2015.

SENNA, Naira Gomes Guarinho de; FERREIRA, Siddharta Legale. **Improbidade administrativa**: é constitucional a modalidade culposa? 5º Concurso de Monografias da Controladoria-Geral da União - Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, 2010. 55 p. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3569/1/improbidade_administrativa_e_constitucional.pdf> . Acesso em: 17 Abril 2015.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **A economia política da corrupção**. Estudos Econômicos da Construção, n. 2, 1996. [artigo científico]. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2824/1/a_economia_politica_da.pdf >. Acesso em: 10 Abril 2015.

SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda. **Corrupção e os seus efeitos sobre a dinâmica do crescimento econômico regional**: uma análise do caso brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco,

Caruaru, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11254>>. Acesso em 15 Maio 2015.

SPECK, Bruno Wilhelm et al. **Mensurando a corrupção**: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. Cadernos Adenauer, n. 10. P.40,2000.

Disponível

em:<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2731/1/mensuracao_da_corrupcao_uma.pdf>.Acesso em: 14 Abril 2015.

TANZI, V. **Corruption, Around the World**: Causes, Consequences, Scope, and Cures. IMF Staff Paper, v.45, n.4, p.559-594, dec., 1998. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9863.pdf>>.Acesso em: 20 Janeiro 2015.

TRANSPARENCY INTERNACIONAL. Disponível em:

<<http://www.transparency.org/>> Acesso em: 6 de setembro 2015.

_____. **Corruption Perception Index 2014**: Index perception corruption (cpi).

Disponível em: < <http://www.transparency.org/cpi2014>> Acesso em 6 setembro 2015.

_____. **Global and regional infographics**. Disponível em:

<<http://www.transparency.org/cpi2014/infographic>> Acesso em 6 de setembro 2015.

WOLFOWITZ, Paul. **Banco Mundial anuncia estratégia para combater a corrupção**. 2006. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/J68NPGQHF0>>. Acesso em 18 de Abril de 2015.

WORLD DATA BANK. Disponível em:

<<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports>> Acesso em: 17 set. 2015.

WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS (**WGI**). Disponível

em:<<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>>. Acesso em: 17 set. 2015.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO – Nº ()

Lugar onde o questionário foi aplicado _____.

1. **Sexo:** (0) Feminino. (1) Masculino.
2. **Cor:** (1) Branco. (2) Negro. (3) Pardo. (4) Outro _____.
3. **Qual sua idade?** _____.
4. **Qual seu estado civil?**
(1) Solteiro. (1) Casado / mora com um companheiro. (2) Separado / Divorciado / desquitado. (3) Viúvo.
5. **Qual o seu grau de escolaridade?**
(0) Analfabeto. (1) Fundamental Incompleto. (2) Fundamental Completo. (3) Médio Incompleto. (4) Médio Completo. (5) Superior Incompleto. (6) Superior Completo. (7) Pós-Graduação (Especialização MBA). (8) Mestrado. (9) Doutorado. Anos de estudo _____.
6. **Qual o grau de escolaridade da sua mãe?**
(0) Analfabeto. (1) Fundamental Incompleto. (2) Fundamental Completo. (3) Médio Incompleto. (4) Médio Completo. (5) Superior Incompleto. (6) Superior Completo. (7) Pós-Graduação (Especialização MBA). (8) Mestrado. (9) Doutorado. Anos de estudo _____.
7. **Qual o grau de escolaridade do seu pai?**
(0) Analfabeto. (1) Fundamental Incompleto. (2) Fundamental Completo. (3) Médio Incompleto. (4) Médio Completo. (5) Superior Incompleto. (6) Superior Completo. (7) Pós-Graduação (Especialização MBA). (8) Mestrado. (9) Doutorado. Anos de estudo _____.
8. **Qual a sua ocupação (em que você trabalha atualmente)?**
(1) Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.
(2) Trabalha no comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
(3) Como profissional liberal.
(4) Trabalha fora de casa em atividades informais (feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo)
(5) Outro _____.
9. **Qual a sua renda mensal?** Em salários mínimos _____. Em reais _____.
10. **Qual a sua renda mensal familiar (incluindo a renda das pessoas que moram com você)?** Em salários mínimos _____. Em reais _____.
11. **Você:** (1) Reside e trabalha em Caruaru. (2) Só trabalha em Caruaru.

16. Classifique com a escala de 1 a 5 a frequência de ocorrência dos problemas que ocorrem no Município de Caruaru (1 – nunca, 2 – algumas vezes, 3 – frequentemente, 4 – a maior parte das vezes, 5 – sempre):

- () Contratação por experiência profissional, mérito ou desempenho
- () Contratação por nível educacional
- () Contratação baseada em laços familiares ou de amizade
- () Contratação baseada em filiação ou pressão política
- () Contratação baseada em grupos de influência da instituição que trabalha

17. Com relação à satisfação com seu salário ou rendimento mensal, você pode dizer que:

- (1) não está satisfeito (2) está pouco satisfeito (3) está satisfeito (4) está muito satisfeito

18. Você recorre a atividades remuneradas alternativas para completar a renda?

- (1) Nunca (2) raramente (3) às vezes (4) constantemente (5) sempre

19. Você procura se informar sobre as decisões políticas que afetam o Município?

- (1) Nunca (2) raramente (3) às vezes (4) constantemente (5) sempre

20. Você se informa sobre fraudes, desvios ou irregularidades na gestão pública do Município?

- (1) Nunca (2) raramente (3) às vezes (4) constantemente (5) sempre

21. Você tem conhecimento das responsabilidades e direitos dos cidadãos?

- (1) Nunca (2) raramente (3) às vezes (4) constantemente (5) sempre

22. Você classificaria o Município de Caruaru como corrupto? (1) sim (2) não

23. Em uma escala de 1 a 4, classifique o Município de Caruaru quanto à corrupção:

- (1) leve (2) moderada (3) grave (4) muito grave

24. Em uma escala de 1 a 4, classifique os trechos abaixo quanto ao conceito de corrupção para você (os conceitos não são mutuamente excludentes): (1) inexistência de corrupção (2) corrupção leve (3) corrupção moderada (4) corrupção grave.

() Você é funcionário público, portanto, tem uso do carro oficial para fins de trabalho. No entanto, durante a semana, usa o carro para pegar o filho na escola.

() Você é político e apesar dos seus ideais de ética e honestidade, percebeu que é muito difícil fazer valer suas opiniões no jogo do poder. Para aprovar algumas leis, você acaba cedendo a pressões de alguns grupos políticos quanto ao repasse de recursos públicos como meio para facilitar a aprovação de tais medidas.

() Você é um cidadão comum e paga seus impostos religiosamente. Mas com o elevado custo de vida e a baixa renda do brasileiro, não vê problemas em adquirir, de vez em quando, um CD pirata. Da mesma forma, em virtude dos altos preços dos livros, aceita numa boa as cópias/xerox do material de estudo de seus familiares.